



**Proposição:** PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO  
**Número:** 000117/2026

<b>APROVADO</b>
Em: 21/05/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,  
Senhoras Vereadoras,

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, nos termos regimentais, seja encaminhado expediente à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Juiz de Fora, solicitando informações e encaminhamento de documentação referente ao Contrato firmado entre o Município de Juiz de Fora e o CONSÓRCIO CÓRREGO SÃO PEDRO, formado pelas empresas LCM Construção e Comércio S/A e Construtora Monte Negro, oriundo da Dispensa de Licitação nº 032/2026, constante do Processo Administrativo Eletrônico nº 3.392/2026. Valor total previsto de R\$ 36.702.690,58 (Trinta e seis milhões, setecentos e dois mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta e oito), valor total do contrato. centavos

Diante da relevância do contrato celebrado e visando assegurar a transparência, legalidade e fiscalização dos atos da Administração Pública, requer sejam encaminhados os seguintes documentos e esclarecimentos relativos às empresas integrantes do consórcio contratado:

#### 1. Habilitação Jurídica

Contrato Social, Estatuto ou Requerimento de Empresário das empresas integrantes do consórcio;

Cartão de inscrição e situação cadastral do CNPJ atualizado;

Documentos pessoais dos sócios e administradores (RG e CPF);

Procuração pública ou particular, caso o contrato tenha sido assinado por representante legal diverso do administrador da empresa.

#### 2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

Certidão Negativa de Débitos Municipais;

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.



### 3. Qualificação Econômico-Financeira

Balanco Patrimonial do último exercício social apresentado pelas empresas integrantes do consórcio;

Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial.

### 4. Qualificação Técnica

Atestados de Capacidade Técnica apresentados no processo de contratação;

Certidões de Registro e Regularidade junto ao órgão de classe competente, inclusive CREA, se aplicável;

Relação dos responsáveis técnicos indicados para execução do objeto contratado.

### 5. Informações Complementares

Requer, ainda, que o Executivo informe:

Se todos os documentos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 foram devidamente apresentados e analisados antes da formalização do contrato;

Palácio Barbosa Lima, 21 de maio de 2026.

Carlos Alberto de Mello  
Vereador Sargento Mello Casal - PL

